

Ata N.º	01/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	87

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 01/2015 DE 02 DE JANEIRO

----- Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Vereadores Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Carlos Dias Mota e Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. --

----- Não compareceu à reunião o Sr. Eng. João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo.-----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

----- Período “Antes da Ordem do Dia”-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- a) Votos de Bom Ano Novo. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara endereçou à Vereação e demais presentes, votos de bom ano novo, no que foi retribuído. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 19 de dezembro de 2014**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião do dia dezanove de dezembro de dois mil e catorze.-----

----- OBRAS PÚBLICAS -----

----- Por Empreitada -----

----- a) Empreitada de “**Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos I, J, K, L, M, N, O e P**” em Vila Nova de Paiva – Adjudicatário: Embeiral – Engenharia e

Construção S.A. – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos contratuais n.º 1, no valor, excluído o IVA à taxa de seis por cento, de €17.937,99 (dezassete mil, novecentos e trinta e sete euros e noventa e nove cêntimos) – Informação N.º 137-P/14, de 09.12.2014, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) 13.ª e 14.ª Alterações às Grandes Opções do Plano (GOP) para o ano financeiro de 2014** – Conhecimento dos Despachos do Sr. Presidente da Câmara, datados de 12 e 19 de dezembro, respetivamente, de aprovação das alterações no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento das alterações aprovadas.

----- **b) 14.ª e 15.ª Alterações ao Orçamento para o ano financeiro de 2014** – Conhecimento dos Despachos do Sr. Presidente da Câmara, datados de 12 e 19 de dezembro, respetivamente, de aprovação da alteração no uso de competência delegada.

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento das alterações aprovadas.

----- **c) Dispensa de apresentação de projetos de gás natural em edifícios** – Informação n.º 112/2014, de 23.12.2014, do Gabinete Jurídico – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 30 de dezembro de 2014.-----

----- Foi presente à reunião a Informação N.º 112/2014, de 23.12.2014, do responsável do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, acompanhada da cópia da Informação N.º 9/2014, de 01 de Abril, do mesmo Gabinete, dando conta do seu entendimento sobre a questão da apresentação de projetos de gás natural em edifícios, oportunamente enviada à Vereação.-----

----- Foi também presente à reunião a proposta em epígrafe do Sr. Presidente da Câmara, com o seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) O Decreto-Lei n.º 521/99, de 10 de dezembro, em vigor desde 10 de dezembro de 1999, estabelece as normas a que ficam sujeitos os projetos de instalações de gás a incluir nos projetos de construção, ampliação ou reconstrução de edifícios, bem como o regime aplicável à execução da inspeção das instalações.

b) No que respeita às instalações de gás em edifícios determina o n.º 1 do art.º 1.º do referido Decreto-Lei n.º 521/99, que "Os projetos de construção, ampliação, recuperação ou reconstrução de edifícios situados no território continental, que sejam apresentados nos respetivos municípios para aprovação, devem incluir obrigatoriamente uma instalação de gás que abranja todos os fogos".

Ata N.º	01/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	87

c) O n.º 2 do mesmo art.º 1.º vem dispor que "Excluem-se da obrigação estabelecida no número anterior os edifícios unifamiliares destinados a habitação própria do requerente quando não inseridos em áreas urbanizadas ou sujeitos a planos de urbanização dotados de infraestruturas exteriores de gás, desde que aquele solicite a dispensa de apresentação do projeto de instalação à respetiva câmara municipal". De acordo com o n.º 3 do mesmo art.º 1.º, excluem-se ainda da obrigação estabelecida no n.º 1 do mesmo artigo, as edificações destinadas à atividade industrial, quando o requerente solicite à respetiva câmara municipal a dispensa de apresentação do projeto, com fundamento no facto de não prever a utilização de gás na atividade que irá desenvolver.

d) Muito embora se constate uma deficiente formulação do preceito contido no n.º 2 do art.º 1.º, terá sido intenção do legislador excecionar apenas da obrigatoriedade de apresentação de projeto de gás, os edifícios unifamiliares localizados em áreas que não irão ser servidas de redes exteriores de gás, como sejam as áreas não urbanizadas ou aquelas em que o próprio plano de urbanização não prevê a existência dessa infraestrutura. Pelo contrário, pretender-se-á sim que os edifícios, nas zonas que irão ser dotadas dessas infraestruturas, sejam dotados com as redes necessárias ao abastecimento de gás, ainda que os proprietários não pretendam utilizar essa forma de energia.

e) A delimitação do conceito de "área urbanizada" será definida pelo perímetro urbano delimitado ao nível dos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), nomeadamente no Plano Diretor Municipal (PDM) ou no Plano de Urbanização (PU) quando exista. De notar que os PU definem a organização espacial de parte determinada do território municipal, integrada no perímetro urbano, como decorre do art.º 87.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que aprova o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), com as alterações que lhe foram introduzidas, e que a qualificação do solo urbano determina o perímetro urbano, sendo este compreendido pelos solos urbanizados e pelos solos afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano, ou seja, os solos cuja urbanização seja possível programar conforme consagra o artigo 73º, n.º 4, do mesmo RJIGT.

f) Ao nível dos planos municipais de ordenamento do território, o binómio área urbanizada/área urbanizável pretende significar categorias de espaço onde é autorizada a construção de infraestruturas urbanísticas e edificações mediante licenciamento municipal.

g) Assim, parece concluir-se do citado art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 521/99, que relativamente aos projetos de construção, ampliação, recuperação ou reconstrução de edifícios, só não é exigível o projeto de gás no caso dos edifícios caracterizados no n.º 2 do referido artigo 1.º (conforme indicado na alínea c)), e mediante solicitação por parte do interessado, quando:

– Os edifícios unifamiliares destinados a habitação própria do requerente se localizem fora de áreas urbanizadas ou urbanizáveis (delimitadas pelo perímetro urbano); ou

– Os edifícios unifamiliares destinados a habitação própria do requerente se localizem em área abrangida por Plano de Urbanização (PU), não prevendo este, contudo, a existência de infraestruturas exteriores de gás.

h) Como atualmente o único plano municipal de ordenamento do território válido e eficaz na área do Município de Vila Nova de Paiva é o respetivo Plano Diretor Municipal (PDM) ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/94, de 15 de Março, alterada e republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2005, de 15 de Janeiro, então o perímetro urbano a considerar para eventual dispensa de apresentação do projeto de gás dos edifícios caracterizados no n.º 2 do referido artigo 1.º, seria o delimitado pelo PDM seja qual for a localização espacial dos edifícios.

i) Foi entendimento deste Município, através da deliberação sobre a matéria tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária realizada no dia 28 de outubro de 1999, e mais tarde reiterada na deliberação na reunião de 31 de agosto de 2000, obrigar à apresentação de projeto de gás nos edifícios nas sedes de freguesia e na sede do Município,

j) Ora ao aplicar-se o preceituado no art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 521/99 nos termos acima apresentados, o Município confronta-se com a questão de ser exigido projeto de instalação de gás para edifícios localizados em áreas que não se encontram infraestruturadas com rede de gás, incluindo para frações que não têm a utilização habitacional (o n.º 1 do art.º 1.º refere “fogos”), como também em legalizações e ou ampliações de edifícios que não se encontram dotados de rede de instalação de gás.

k) Refira-se que o Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, em vigor desde 9 de janeiro de 2014, que estabelece um regime excecional e temporário de sete anos a contar da data da sua entrada em vigor, aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional, dispõe no seu art.º 7.º que, durante a sua

Ata N.º	01/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	87

vigência, não é obrigatória a instalação de redes de gás, nem a apresentação do respetivo projeto, relativamente aos edifícios abrangidos pelo seu âmbito de aplicação, quando não esteja prevista a sua utilização e desde que esteja prevista outra fonte energética.

1) Será admissível que, para além das isenções previstas na lei relativas à apresentação de projetos de instalação de gás, nomeadamente no Decreto-Lei n.º 521/99, de 10 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, é admissível, face aos constrangimentos manifestados pelos munícipes, que o Município de Vila Nova de Paiva possa também estabelecer outras isenções, a título excecional.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, excecionalmente, o seguinte:

1.º) Não ser obrigatória a apresentação de projeto de instalação de gás, relativamente a projetos de ampliação, recuperação ou reconstrução de edifícios construídos em data anterior à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 521/99, de 10 de dezembro.

2.º) Dispensar da apresentação de projetos de gás os edifícios destinados ao comércio, escritórios e outros que não utilizem gás na sua atividade, ou localizados em áreas não dotadas de infraestruturas de gás.

3.º) Dispensar da apresentação de projetos de gás no caso de legalizações e ou ampliações de edifícios que não se encontram dotados de rede de instalação de gás.

A presente deliberação produz efeitos imediatos e aplica-se aos processos de licenciamento em curso.”

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento das informações acima referidas e deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente, devendo ser publicitada a deliberação através de editais a afixar nos lugares público de estilo no Município. -----

----- **d) Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva** – Por ofício n.º 16/AVNP/2014, de 17.12.2014, propõem-se a realizar o desfile de Carnaval das Escolas do 1.ª CEB e Jardins de Infância do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, e solicitam apoio financeiro para o efeito. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Face à disponibilidade da Associação, deliberado por unanimidade conceder um apoio pecuniário no valor de novecentos euros para a realização do tradicional desfile de carnaval das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância, ficando assim revogada a deliberação tomada na reunião

